

Morre a palavra, mas a crença sobrevive

Muniz Sodré

"Toda língua é fascista", declarou Roland Barthes em seu discurso de posse no Collège de France. O que o crítico-escritor queria dizer com esta hipérbole é que toda língua constitui um sistema de regras duras, que se põem acima da vontade e da fantasia de cada um: quem disser que "mesa" é "cadeira" corre o risco de parar no Pinel. A menos que seja poeta ou artista, eternos combatentes do "fascismo" lingüístico.

Vamos tomar ao pé da letra, porém, essa hipótese, e imaginar um tribunal capaz de cassar o uso de determinadas palavras. Por exemplo, a palavra "raça" que, como demonstram a genética e a antropologia modernas, não existe se aplicada à espécie humana. Raça é conceito decorrente do patrimônio genético de bicho, não-falante. Nada a ver com o indivíduo capaz de se referir semanticamente a "raça", portanto, o homem. Tal tribunal seria compelido a banir essa designação tão destituída de referência humana quanto o unicórnio no reino animal.

O problema é que esse tribunal não existe. Quem legisla sobre a vida da língua é a comunidade de falantes em suas variadas apropriações dos vernáculos, segundo as diferentes situações e posições. Só a literatura é que, ao ficcionalizar a língua, nos dá a prazerosa ilusão de um idioma único, sem diferenças de classe no discurso.

Na realidade lingüística das comunidades, raça pode muito bem continuar existindo apesar da falência do conceito, simplesmente porque é uma noção ainda forte no imaginário social. Se raça não existe, há certamente a relação racial, ou seja, o imaginário coletivo quanto a supostas diferenças no patrimônio genético dos seres humanos. Tente convencer uma consciência racalista de que uma coisa é o fenótipo (diferença epidérmica), outra o genótipo, ou então de que não há diferença significativa entre o patrimônio genético de um alemão e o de um nigeriano, e você verá a força do tropismo comunitário na direção do próprio umbigo de crenças e preconceitos. E verá, assim, o que Barthes quis enfatizar com sua hipérbole.

Estou tentando indicar aqui que é possível desmontar intelectualmente a noção de raça e até mesmo superar a segregação racial (como se deu nos Estados Unidos e na África do Sul), mas, dificilmente, o preconceito. Este persiste sob a plena vigência de uma modernidade liberal do mercado, apesar de serem vários os autores que assinalam a incompatibilidade da sociedade tecnológica e mercadológica com o velho preconceito racial.

O americano Paul Gilroy, por exemplo, sustenta que aspectos de "raça", como tem sido entendida no passado, "já estão conjurados pelas novas tecnologias do self e da espécie humana". Ele acrescenta: "As velhas e modernas economias representacionais, que reproduziram a raça subdérmica e epidérmicamente, estão sendo hoje transformadas de um lado pelas mudanças científicas e tecnológicas que se seguiram à revolução na biologia molecular, e de outro por uma transformação igualmente profunda nos modos como os corpos são postos em imagem. Ambos têm extensivas implicações ontológicas".

Mas apesar dessa aparente evidência, persiste alguma dúvida quanto à possibilidade de sair do preconceito, em sentido lato: de julgamentos que servem de base para que possamos crer em alguma coisa. É o que assevera Wittgenstein: "Nós não aprendemos a prática do julgamento empírico, aprendendo regras; o que nos é ensinado são julgamentos, assim como seu laço com outros julgamentos". O pensador, para quem o trabalho filosófico consiste essencialmente em elucidações, se refere a qualquer tipo de preconceito, socialmente positivo ou negativo.

Independentemente da questão racial, o preconceito tem raízes fundas e extensas. Faz parte de toda operação de conhecimento, do modo como adquirimos um saber qualquer. Assim, especulando sobre como chegamos a dizer que sabemos ou temos certeza de alguma coisa, Wittgenstein mostra, em sua reflexão sobre a "certeza", que "toda verificação do que se admite como verdade, toda confirmação ou invalidação acontece no interior de um sistema". Adiante, diz: "O sistema não é tanto o ponto de partida dos argumentos quanto o seu meio vital". Ele toma como exemplo o adulto que diz a uma criança já ter estado em determinado planeta. Crédula, a criança rejeita a princípio argumentos contrários, mas, diante de uma certa insistência, pode terminar se convencendo da impossibilidade de tal viagem.

O filósofo indaga então se a reiteração não é exatamente a maneira de se ensinar uma criança a crer ou não crer em Deus e, a partir daí, qualquer uma das crenças produzirem razões aparentemente plausíveis. Mas para começarmos a crer em alguma coisa, diz, é preciso que funcione aquele "meio vital" dos argumentos, que não consiste em uma proposição isolada, e sim em um "inteiro sistema de proposições", mutuamente apoiadas, de tal maneira que "a luz se expanda gradualmente sobre o todo".

O que faz fixar-se a crença não é uma qualidade intrínseca da proposição, mas a solidez do sistema, que pode ser um conjunto de representações sociais ou uma língua determinada. Não se trata, portanto, de saber o que se diz saber, e sim de aceitar como solidamente fixado aquilo que já se sabe. E por que esse saber se fixa? Por confiança na autoridade das fontes, por aquilo que se transmite de uma certa maneira, no interior de uma totalidade, um meio, tido como vital. Diz Wittgenstein: "É assim que eu creio em fatos geográficos, químicos, históricos etc. É assim que eu aprendo ciências. E claro, aprender apóia-se naturalmente em crer".

Dizer que se sabe alguma coisa equivale a ter a coisa como certa, mas a certeza está em quem crê, logo numa dimensão indefinida ou obscura, e não no fundamento racionalista e transparente da crença. Esse "meio vital" pode ser a língua, sistema em que palavras e noções se naturalizam, como plantas que crescem na floresta, sob cuidados de gente interessada em que as coisas sejam mantidas e entendidas como sempre foram, fora das mutações da História. Assim, um falso conceito como "raça" ou uma violência jurídica e histórica como o conceito de segregação racial podem se esvaziar, mas deixando intacto o "meio vital", o jeito social, onde prospera uma sensibilidade que alimenta as crenças sobre a inferioridade humana do Outro, seja o negro ou qualquer outra configuração da diversidade humana.

A crença do Homem Universal, modelado pelo paradigma da branquitude, é a origem do

racismo europeu: a pele branca equivale ao Oeste absoluto, fonte da verdade e da valoração estética. Raça é, assim, o Outro, transformação violenta da Cultura em Natureza. Mas não basta a proclamação intelectual dessa evidência para que desapareça, por *wishful thinking*, o citado "meio vital" dos preconceitos em que prospera a relação racial, resquício do velho discurso colonial e endocolonizador. Ao fascismo da língua não se resiste apenas com a bela alma das palavras, nem com o discurso acadêmico do respeito às diferenças. Torna-se imperativo relativizar a lógica do sentido (e das diferenças) e começar a pensar na lógica do espaço que põe em pauta a prática das aproximações concretas. O mero conceito de "pós-racial" não nos faz sair do racismo, assim como o conceito de classe social não esgota a relação racial. Um bom começo de ação concreta pode ser a colorização (por cotas, pela lógica aproximativa dos lugares) dos espaços de colonização.